

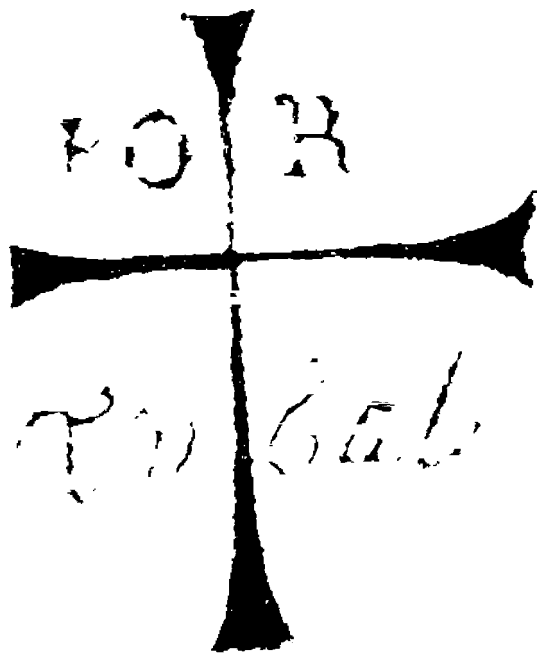


2º Congresso histórico
de Guimarães

Actas do congresso
volume 3

D. Afonso
Henriques na
história e na arte

211



D. Afonso Henriques na *História de Portugal* de Alexandre Herculano

Em 1846 Herculano publicava o tomo I da sua *História de Portugal*. Tratava-se de uma obra que iria renovar o panorama da historiografia nacional. A revolução fora já anunciada, pelo próprio, em 1842, com a aparecimento das *Cartas sobre a História de Portugal*. Nos dois anos seguintes, saíram os *Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e dos Forais* e em 1846 iniciava-se a publicação daquela que é, sem margem para dúvidas, a sua obra-prima, a qual se concluiria em 1853. A *História da Origem e do Estabelecimento da Inquisição em Portugal* veio a lume entre 1853 e 1859 e em 1856 começavam a sair os *Portugaliae Monumenta Historica*. Como comentava Oliveira Marques, “em menos de duas décadas, a revolução estava consumada: um novo método e um novo espírito haviam feito nascer a ciência histórica em Portugal”.

Importa colocar agora a seguinte questão: como viu Alexandre Herculano a figura de D. Afonso Henriques? Quais as fontes de que se serviu para erguer o respectivo retrato? Qual a sua permeabilidade ao mito? Terá ou não sido responsável pela sua manutenção e até mesmo consolidação?

¹ A. H. de Oliveira Marques, “Introdução” a *Antologia da Historiografia Portuguesa*, vol. I (*Das Origens a Herculano*), 2.ª ed. organiz., pref. e notas do mesmo, Europa-América, Mem Martins, 1974, p. 35. Desta opinião discorda Jorge Borges de Macedo, *Alexandre Herculano. Polémica e Mensagem*, Bertrand, Amadora, 1980, pp. 14-15, com argumentos que me parecem muito pouco consistentes (pena, aliás, é que o autor não cite Oliveira Marques, nem nenhum outro dos defensores da ideia que tanto critica).

Herculano recorreu, no seu livro II do tomo I da *História de Portugal*, para além de fontes documentais, a obras como os *Anais de D. Afonso Henriques*, alguns registos a que mais tarde Pierre David chamou *Annales Portucalenses Veteres*, os *Livros de Linhagens*, a *Vita S. Theotonii*, a *Vita Telonis*, a *Chronica Adefonsi Imperatoris*, a *Historia Compostellana* e até fontes árabes. Como se vê, trata-se de um leque vasto de textos que permitem ter uma visão o menos apaixonada possível sobre a figura do nosso primeiro Rei. Terá sido assim?

Para Herculano, a batalha de São Mamede, de 1128, significou o início da nacionalidade portuguesa, tendo sido este o primeiro historiador a carregar pela primeira vez esse acontecimento com tal sentido². Contudo, Herculano não o considerou a simples substituição de um chefe político, mas antes o resultado de uma acção colectiva. De facto, Afonso Henriques surge nesta *História de Portugal* como um homem que se move não só pela ambição, mas também pela vontade dos súbditos³. Alexandre Herculano nunca perde de vista a integração do homem no meio, por outras palavras, o papel desempenhado pelos seus homens não é negligenciado, sejam eles os grandes ou os simples homens de armas. E assim se compreendem expressões como “o seu valor, ajudado pelo dos barões e cavaleiros portugueses, tornavam-no adversário digno de séria atenção”⁴; “valentes homens de guerra do infante”⁵; excitado por estes poderosos fidalgos, o infante apoderou-se de Tui”⁶.

O significado de Ourique reduz-se, para ele, ao seguinte: “o príncipe português dera aos sarracenos uma áspera demonstração de que às algaras pelo lado das fronteiras de Santarém ele respondia assolando os distritos centrais do Gharb; mostrava ao imperador qual era a ousadia dos cavaleiros e homens de armas de Portugal; habituava estes a combater os infiéis em rasa campanha, exercitando-os e predispondo-os para a futuras conquistas, e, finalmente, restaurava os brios necessariamente amortecidos com os tristes acontecimentos”⁷. Narrando os factos que se seguem à conquista de Lisboa, Santarém e Alcácer do Sal, diz que, então, “Portugal está constituído. O sangue derramado em muitos combates, os estragos de sucessivas invasões e quase trinta anos de energia, de perseverança e de destreza tal foi o preço por que nossos avós compraram a sua independência”⁸.

Homem dotado de um “génio guerreiro”⁹, cita um autor árabe a propósito do posicionamento pessoal de Afonso Henriques nas conquistas¹⁰, mas David Lopes provou depois que tal se referia a Geraldo Sem Pavor¹¹. Narrando o que se passara entre 1132 e 1135, diz Herculano que “com o carácter [...] do infante essa existência pacífica fora impossível por tão largo espaço”¹². É um chefe militar que não desiste das empresas que falham, como aconteceu com a primeira investida sobre Alcácer¹³. Herculano chega mesmo a citar um autor árabe, segundo o qual Afonso Henriques excedia todos os príncipes da Europa em brilho das vitórias e rapidez das conquistas¹⁴. Essa faceta temerária do

² José Mattoso, “A primeira tarde portuguesa”, in id., *Portugal medieval. Novas Interpretações*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.l. [Lisboa], 1985, p. 15.

³ Alexandre Herculano, *História de Portugal*, tomo I, pref. e notas críticas de José Mattoso, Bertrand, Amadora, 1980, p. 401.

⁴ *Ibid.*, p. 439.

⁵ *Ibid.*, p. 441.

⁶ *Ibid.*, p. 413.

⁷ *Ibid.*, p. 437.

⁸ *Ibid.*, p. 463.

⁹ *Ibid.*, p. 412.

¹⁰ *Ibid.*, pp. 533-534.

¹¹ David Lopes, “Os Árabes nas obras de Alexandre Herculano”, *Boletim da Segunda Classe*, vol. III, n.º 4, Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, Abril de 1910, p. 326.

¹² Alexandre Herculano, *ob. cit.*, p. 407.

¹³ *Ibid.*, pp. 537-538.

¹⁴ *Ibid.*, p. 543.

nosso primeiro Rei aflora uma vez mais: “*devia ter profunda confiança na sua fortuna*”¹⁵, diz Herculano, pois só assim se compreende a sua entrada, após Alcácer, pelo Alentejo, conquistando Évora em 1162 (aliás, Beja, como provou David Lopes, ou em 1162 ou apenas dez anos depois)¹⁶. Outro tanto se passou já quase no fim da vida de Afonso Henriques, quando pretendeu, ao anexar Badajoz, completar a “*linha de lugares fortes que lhe asseguravam a posse da margem esquerda do Guadiana por quase toda a fronteira ocidental da Andaluzia*”¹⁷. Com uma perna partida¹⁸ e vendo-se preso pelo genro, o rei Fernando II de Leão prometeu-lhe os seus estados, em troca da liberdade. O leonês preferiu uma lição de moral, dizendo-lhe “*Restitui-me o que me tiraste e guarda o teu reino*”¹⁹. Herculano não esconde aqui que a sua simpatia vai para Fernando II, altaneiro e misericordioso, sendo Afonso I um pobre derrotado e, mais do que isso, um cobarde que chega quase a deitar tudo a perder, ao prometer a devolução de Portugal. A não ser que o autor pensasse (e se o pensou não o escreveu), que a sua “*astúcia [...] proverbial e nem sempre ajustada pelos preceitos da probidade severa*”²⁰, como ele escreveu noutro passo da *História de Portugal*, estivesse aqui em pleno funcionamento.

Mas Afonso Henriques é também, para além de temerário, um chefe militar altamente prudente e cauteloso: retira da Galiza quando verifica que necessita de reforços²¹ e depois do desbarato de Tomar volta ao condado, “*para opor barreiras à audácia dos sarracenos*”²²; aceita humilhar-se e pedir tréguas a Afonso VII, em Tui, em 1137²³, não deixando de pensar que mais cedo ou mais tarde as iria quebrar, pois não tinha por virtude a resignação²⁴; mantém-se, desde Tui, em “*simulado repouso*”²⁵, preparando a oportunidade para “*novas e mais gloriosas empresas*”²⁶.

Outra faceta do primeiro Rei de Portugal: a de chefe político arguto, que após o Tratado de Zamora de 1143 tem a perspicácia de colocar o Reino sob a dependência directa da Santa Sé, sabendo que só assim o tornaria “*sólido e estável*”²⁷. Conseguia, assim, “*iludir as consequências*” negativas da paz com Afonso VII²⁸. Desse mesmo argumento se serviu para negar ajuda ao primo, aquando de um ataque cristão a Almeria²⁹.

Uma mistura de argúcia militar e política mostrou Afonso I aquando da conquista de Lisboa, na qual contou com o auxílio de cruzados de diversas origens: depois de um assédio falhado, “*que antes quisera adiar [...] do que submeter-se às condições impostas pelos seus aliados, condições, talvez, ainda mais duras do que estas que finalmente se resolvia a aceitar*”³⁰, o filho do conde D. Henrique volta a revelar a sua astúcia, ao aceitar que os cruzados pudessem saquear a cidade. De facto, “*só uma grande necessidade poderia ter movido Afonso Henriques a aceitar essa e outras duras condições*”³¹, mas nem por isso recua, ameaçando mesmo retirar-se do assédio aquando de um motim de Alemães e Flamengos³².

¹⁵ *Ibid.*, p. 544.

¹⁶ José Mattoso, “Notas críticas ao livro II”, in *ibid.*, p. 612, nota [76].

¹⁷ Alexandre Herculano, *ob. cit.*, p. 563.

¹⁸ Concretamente, uma “fractura diáfisária simples do fémur direito”, no dizer de Júlio Dantas, “A fractura do fémur de Afonso Henriques”, *Archivo de Medicina Legal*, 2.º ano, vol. II, n.º 1-2-3, Lisboa, Janeiro-Junho de 1923, pp. 1-4.

¹⁹ Alexandre Herculano, *ob. cit.*, p. 565.

²⁰ *Ibid.*, p. 507.

²¹ *Ibid.*, p. 414.

²² *Ibid.*, p. 418.

²³ *Ibid.*, p. 420. Após Herculano, gerou-se na historiografia uma polémica a respeito do carácter do pacto de Tui. Veja-se o resumo das diversas posições em José Mattoso, *Notas críticas [...]*, nota [...] à p. 604.

²⁴ Alexandre Herculano, *ob. cit.*, p. 422.

²⁵ *Ibid.*, p. 430.

²⁶ *Ibid.*, p. 429. Julgando a forma como Herculano viu a faceta militar de Afonso I, escreve o general Câmara Pina, talvez com alguma razão: “não lhe vinca o génio militar – sublinha-lhe o rompante, Não lhe assinala a iniciativa – frisa-lhe o feitio belicoso. Não lhe acentua o poder de análise das situações – nota-lhe a astúcia” (Luís Maria da Câmara Pina, “Da personalidade militar de D. Afonso Henriques”, *Alexandre Herculano à Luz do nosso Tempo. Actas do Colóquio*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1977, p. 314).

²⁷ Alexandre Herculano, *ob. cit.*, p. 453.

²⁸ *Ibid.*, p. 455.

²⁹ *Ibid.*, p. 458.

³⁰ *Ibid.*, p. 498.

³¹ *Ibid.*, p. 520.

³² *Ibid.*, p. 521.

Rei preocupado com a organização do Reino que criara e estava consolidado, é como nos surge ainda, na *História de Portugal* de Herculano, o primeiro monarca do nosso País: nos dez anos que medearam entre as conquistas de Lisboa (1147) e Alcácer (1158), o silêncio das crónicas explica-se, segundo Herculano, pela actividade voltada *“para os negócios internos do país e sobretudo para a restauração da nova província que incorporara nos seus domínios, necessariamente assolada pelos acontecimentos de que fora teatro”*³³.

Essa preocupação de político sagaz ficou demonstrada, uma vez mais, no fim da vida, quando preparou com cautela a sucessão, transmitindo para o filho primogénito, o futuro Sancho I, parte dos poderes³⁴.

Nem o casamento, em 1146, com D. Mafalda, moderou essa intensa actividade guerreira e governativa: se *“o rei dos portugueses parecia querer dar, enfim, tréguas a tantas lidas no remanso das afeições domésticas”*³⁵, *“dominando, todavia, pela ambição das conquistas, o amor de Mafalda não pôde distraí-lo dos cuidados da política ou da guerra”*³⁶.

Um dos *leit motivs* da obra de Herculano é a negação das lendas e dos factos de cariz miraculoso. Logo ao relatar o regresso a Portugal de Fernão Peres de Trava, padraсто de Afonso Henriques, por volta de 1131, Herculano escreve que as fontes indiciam que aquele reconheceu finalmente a autoridade do enteado, permitindo ao historiador afastar as *“fábulas inventadas com o correr dos séculos e as tradições maravilhosas recebidas com sobrada boa-fé, não só pelos cronistas, mas até pelos mais graves historiadores”*³⁷. Ourique será, porventura, o exemplo mais acabado deste princípio do historiador: *“constrangido pelo, às vezes bem triste, dever da sinceridade a reduzir às suas dimensões verdadeiras um facto que à tradição dos séculos aprouve cercar de fábulas não menos absurdas que brilhantes”*³⁸, para ele.

Ourique não deve ter passado de um fossado³⁹, mas em que *“as circunstâncias peculiares que neste concorreram, sendo o primeiro tentado pelos portugueses além do Tejo e conduzido pelo próprio infante ao sertão do Gharb, aonde nunca ou raramente os cristãos haviam chegado, contribuíram, acaso, para que a tradição engrandecesse pouco a pouco o sucesso, a ponto de o tornar maravilhoso até o absurdo”*⁴⁰.

São vários ao longo do livro II da sua *História de Portugal*, os grandes frescos em que Herculano retrata magistralmente a figura do nosso primeiro Rei⁴¹. Para não sobrecarregar o texto com citações demasiado extensas, retenham-se apenas as duas seguintes: *“A energia e o esforço necessários para resistir a tão poderosos vizinhos deviam ser grandes. Afonso provou por todo o decurso de um longo reinado que os possuía. Na falta de educação literária, inconveniente comum a todos os príncipes de então; privado ainda na infância daquele amor de mãe que tantas vezes afeiçoa e suaviza os caracteres*

³³ *Ibid.*, p. 535.

³⁴ *Ibid.*, p. 575.

³⁵ *Ibid.*, p. 476.

³⁶ *Ibid.*, p. 477.

³⁷ *Ibid.*, p. 404.

³⁸ *Ibid.*, p. 429.

³⁹ *Ibid.*, p. 436.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 436. Sobre a polémica que teve de sustentar em virtude desta sua posição, veja-se Ana Isabel Buescu, *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma Polémica Oitocentista*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1987. A análise da génese da lenda de Ourique foi feita por Luís Filipe Lindley Cintra, “Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até crónica de 1419)”, na *Miscelânea de Estudos em Honra do prof. Hernâni Cidade*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1957, pp. 168-215. Leia-se ainda a nótula de Aires Augusto Nascimento, “O milagre de Ourique num texto latino-medieval de 1416”, *Revista da Faculdade de Letras*, IV série, n.º 2, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1978, pp. 365-374.

⁴¹ Sobre essa apelência do historiador leia-se Joaquim Veríssimo Serrão, *Alexandre Herculano e a Consciência do Liberalismo Português*, Bertrand, Lisboa, 1977, pp. 107-108. Também A. H. de Oliveira Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3.ª ed., Estampa, Lisboa, 1988, p. 120, recorda que “é na História de Portugal de Alexandre Herculano [...] que se podem encontrar os dados biográficos mais completos e a tentativa de reconstituição mais perfeita da personalidade dos nossos primeiros reis”.

mais duros; repellido da intervenção nos negócios pela influência ilimitada da família de Trava, em parte as lições da adversidade supriram-lhe as lições dos homens e em parte a opressão produziu nele o que por via da regra produz nas almas rijamente temperadas: redrobrou-lhe a ambição e a audácia; mas tornou-o cauteloso, desconfiado dos homens e, por consequência, mudável. 'O mancebo', diz um escritor desse tempo, 'sabia a arte de reinar, e todavia, possuído de ardente amor de glória, como a frágil cana facilmente se inclinava para onde quer que o sopro das auras o levava'. Cobiçoso de renome, valente, sem afeições profundas e duradouras, ele não houvera sido, talvez, apesar da sua aptidão para dirigir os negócios um dos príncipes mais apropriados a tempos tranquilos; mas era-o para esta época, em que o entusiasmo, o esforço, a ambição e, até, o desprezo de certas considerações de ordem moral se tornavam necessários para pôr o remate ao edifício que este país ia laboriosamente construindo, o edifício da sua independência"⁴².

"O grande coração do mancebo abraçara o altivo pensamento dos homens esforçados a cuja frente a sorte o colocara, o pensamento de fundar um reino independente no Oeste da Península [...] Os pendões portugueses já não esvoaçam em terras dos infiéis ao lado dos de Leão e Astúrias, da Galiza, de Castela e de Toledo. O infante de Portugal, quando solta o seu grito de guerra, ao atirar-se por entre selvas de lanças sarracenas, vai, como o rei das feras, buscar solitário a sua preia; arca peito a peito com o islamismo, sem pedir socorro aos outros príncipes, que tem já na conta de estranhos: na corte do imperador ninguém o viu nunca; nas assembleias políticas da monarquia o seu lugar está sempre vazio: os cofres do Estado jamais se abrem para receber os tributos municipais das províncias portuguesas, que começam a cobrir-se de povoações, restauradas ou fundadas de novo"⁴⁴.

Cumpra agora tentar responder às questões formuladas no início desta comunicação. Parece evidente, primeiro que tudo que, sendo a sua *História de Portugal* eminentemente uma obra de história institucional⁴⁴ (no sentido mais lato do termo: história da sociedade medieval portuguesa, sobretudo da classe média, que ele coloca no cerne da sua narrativa⁴⁵), Herculano olha, no dizer de Oliveira Marques, "as instituições sociais como algo de objectivo e com existência própria, independente da dos indivíduos, nascendo, crescendo e morrendo segundo as suas leis específicas"⁴⁶. Conforme ele próprio escrevera, "busquemos a história da sociedade e deixemos por um pouco a dos indivíduos"⁴⁷. Portanto, Afonso I, como os demais intervenientes individuais da sua obra, é um homem integrado na engrenagem em que se movia.

Contudo, o primeiro Rei de Portugal ressurgiu desse heroísmo colectivo. Como escreveu Albin Beau, em Herculano, "o indivíduo, por mais eminente que seja, não passa de instrumento da colectividade, mas não deixa de ser um

⁴² Alexandre Herculano, *ob. cit.*, pp. 406-407.

⁴³ *Ibid.*, pp. 444-445.

⁴⁴ Humberto Baquero Moreno, "Herculano e a História de Portugal", *Revista de Guimarães*, vol. LXXXVII, Guimarães, 1977, pp. 259-276; id., "Herculano e a história social e económica", in *Alexandre Herculano à Luz do nosso Tempo* [...], pp. 179-199.

⁴⁵ A. H. de Oliveira Marques, "Introdução" à *Antologia da Historiografia Portuguesa* [...], vol. I, p. 37.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 37. Como Barradas de Carvalho pode, com justeza, apontar (e não percamos de vista que o fazia em 1949), Herculano acabava por estar mais próximo da concepção actual de história do que muitos dos historiadores dos nossos dias (cfr. Joaquim Barradas de Carvalho; *As Ideias Políticas e Sociais de Alexandre Herculano*, s.v., Lisboa, 1949, p. 68).

⁴⁷ Alexandre Herculano, "Carta IV. Necessidade de uma nova divisão de épocas. Falso aspecto da história", in id., *Opúsculos. Edição Crítica*, org., int. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, vol. IV, Presença, s.l. [Lisboa], 1985, p. 221.

*instrumento imprescindível, pois é por actos individuais que a sociedade chega a manifestar a sua existência e acção*⁴⁸.

Assim sendo, que Afonso Henriques realça da narrativa herculaneana? O chefe militar aguerrido e intrépido, ao mesmo tempo temerário e cauteloso, o chefe político sagaz e atento, o governante cuidadoso e preocupado, enfim, um retrato que busca nas diversas fontes que compulsou, sem se ater a nenhuma em particular e recusando mesmo, ostensivamente, a faceta de santidade que os *Annales D. Afonsi Portugallensium Regis* lhe quiseram atribuir⁴⁹. O homem que vemos nascer das páginas desta *História de Portugal* parece-se muito mais com aquele que é divulgado pela *Gesta de D. Afonso Henriques*, um texto que Herculano não conheceu na sua totalidade⁵⁰. Tal facto não choca com a influência que nele devem ter igualmente exercido certos passos dos citados *Annales* [...], precisamente os que transmitem do monarca uma faceta de guerreiro intrépido, a juntar, bem entendido, com o que dizem as fontes muçulmanas.

É de notar que um episódio que o historiador conheceu da mesma *Gesta* [...], o do “bispo negro”, não figura na *História de Portugal*, mas deu origem a um dos contos das *Lendas e Narrativas*⁵¹. Ou seja, Herculano não o considerou digno de figurar na sua obra magna, dando-lhe, no entanto, foros de literatura. De resto, note-se que este episódio, recolhido por Duarte Galvão na sua crónica, foi censurado pelo Santo Ofício na edição de 1726 dessa mesma obra⁵².

Mencione-se ainda que a maior parte das anedotas veiculadas pelos *Livros de Linhagens* são por Herculano pura e simplesmente ignoradas, tais como o episódio do incesto duplo de que D. Teresa seria responsável, o da desautorização de Afonso I pelo seu próprio mordomo-mor, D. Gonçalo de Sousa e a cedência às exigências de D. Fernão Mendes, senhor de Bragança⁵³.

São aspectos que merecem reflexão, sendo de questionar até que ponto o seu retrato afonsino não peca por um certo apego a uma imagem estereotipada, que ele parcialmente desmontou, por exemplo, sempre que negou a intervenção do maravilhoso, mas para a qual me parece, decididamente, que contribuiu. Porque, tal como escreveu José Mattoso, “para ele, a noção de fundador era um facto histórico. Consequentemente, Afonso Henriques só podia ser um herói e a erudição devia aplicar-se a mostrar que o foi na realidade. Foi o que Herculano fez, com um empenho que compensava, talvez, inconscientemente, a negação do milagre de Ourique”⁵⁴.

⁴⁸ Albin Eduard Beau, “A história na concepção de Alexandre Herculano”, in id., *Estudos*, vol. II, Universidade de Coimbra, s.l. [Coimbra], 1964, p. 163. No mesmo sentido, mas sem grande originalidade, veja-se ainda Jorge Borges de Macedo, *ob. cit.*, p. 29.

⁴⁹ A melhor edição que hoje se dispõe deste texto é a de Monica Bloecker-Walter, *Afonso I Von Portugal, Studien zu Geschichte und Sage des Brgrunders der Portugiesischen Unabhangigkeit*, Fretz e Wasmuth, Zurich, 1966, pp. 151-161.

⁵⁰ Contudo, o autor conheceu a chamada *IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, que constitui o núcleo essencial da *Gesta*, tendo-a publicado nos *Portugaliae Monumenta Historica*. Consulte-se hoje um texto mais acessível em *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, textos publ. com uma intr. por António Cruz, Biblioteca Pública Municipal, Porto, 1968, pp. 130-147. O texto completo da *Gesta* acha-se em António José Saraiva, *A Épica Medieval Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1979.

⁵¹ Alexandre Herculano, “O bispo negro”, in id., *Lendas e Narrativas*, revis. de Vitorino Nemésio, verif. do texto e notas de António C. Lucas, 2.ª ed., Bertrand, Amadora, 1974, pp. 77-98.

⁵² José Mattoso, “As três faces de Afonso Henriques”, *Penélope*, n.º 8, Cosmos, Lisboa, Outubro de 1992, p. 30.

⁵³ *Ibid.*, pp. 37-38. Vejam-se as referidas anedotas em *Portugaliae Monumenta Historica*, nova série, vol. II/1 (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*), ed. crit. por José Mattoso, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1980, pp. 124-125 e 175-177.

⁵⁴ José Mattoso, *As três faces de Afonso Henriques* [...], p. 27.